



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

# CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUL E SANTA CATARINA

## Social Capital and Cooperation in the Family Farm: a Comparative Analysis Between the State of Mato Grosso do Sul and Santa Catarina

### RESUMO

A organização dos agricultores familiares pelas ações cooperativas é uma alternativa para alcance de competitividade. Na cooperação se pressupõe a união das competências individuais, em prol de um objetivo comum ao grupo, sendo, dessa forma, possível superar comportamentos individualistas. Dado que o capital social é definido como a habilidade dos indivíduos em garantir benefícios, por meio de associação em redes de relações sociais, objetivou-se neste trabalho analisar a importância do capital social na implantação de relações cooperativas entre os agricultores familiares dos estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Utilizou-se da pesquisa de campo com aplicação de questionário para 50 agricultores familiares de cada um dos estados. Verificaram-se interações sociais em níveis diferentes nos dois estados. Em Santa Catarina constatou-se um maior desenvolvimento nesse sentido, em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, onde se verificou baixo nível de capital social, pelo baixo percentual de participação em organizações, cooperação, confiança e reciprocidade observadas.

Gercina Gonçalves Silva  
Universidade Católica de Dom Bosco  
gercina.goncalves@gmail.com

Thelma Luchese Cheung  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
thelma.luchese@gmail.com

Olivier Francois Vilpoux  
Universidade Católica Dom Bosco  
vilpoux@ucdb.com.br

Fabrcia Teixeira Sanches  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
fabrcia.sanches@ufms.br

Recebido em 19/09/2013. Aprovado em 20/02/2014.  
Avaliado pelo sistema blind review  
Avaliador científico: Fernando Guilherme Tenório

### ABSTRACT

The organization of family farmers, through cooperative action, is an alternative for achieving competitiveness. In cooperation, we assumed the union of individual skills towards the common goal of the group, allowing the overcoming individualistic behavior. Given that social capital is defined as the ability to secure benefits through association in social relation networks, the objective of this work is to analyze the importance of social capital in implanting cooperative relations between family farmers in the states of Mato Grosso do Sul and Santa Catarina, Brazil. We used field research applying a questionnaire to 50 family farmers in each state, verifying social interactions at different levels in both states. In Santa Catarina we observed further development in this sense, when compared to the state of Mato Grosso do Sul, in which we verified a low level of social capital by the low percentage of participation in organizations, cooperation, trust and reciprocity observed.

**Palavras-chave:** Ação coletiva, capital social, confiança.

**Keywords:** Collective actions, social capital, trust.

## 1 INTRODUÇÃO

A distribuição de renda e a inclusão social marcam o ciclo de crescimento econômico e social vivido pelo Brasil, tendo como um dos pilares desse crescimento a agricultura familiar (BRASIL, 2012). O debate sobre a agricultura familiar ganhou força a partir do final dos anos 1980 no território brasileiro (PLEIN; SCHNEIDER, 2003).

Para esses autores, a emergência da expressão “agricultura familiar” ocorreu, simultaneamente, nas esferas política e acadêmica.

A agricultura Familiar foi definida no Brasil por meio da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, sendo considerado como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006). A agricultura familiar se caracteriza como uma forma de produção onde há interação entre gestão e trabalho (MADER, 2006).

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo: Minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal; Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais; Grande propriedade: imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais. O tamanho do módulo fiscal, em hectares, está fixado para cada município na Instrução Especial de 1980 do INCRA (BRASIL, 1993).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009), a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Frente aos processos de globalização e da dinâmica econômica, a agricultura familiar é desafiada a apresentar respostas de forma mais rápida, sob pena de apresentar-se fragilizada nos processos de produção e comercialização (CRIBB; CRIBB, 2008).

Produtores familiares com atuação conjunta poderiam ampliar as oportunidades para atuar nos mercados, com redução de riscos e maior agregação de valor para os produtores rurais. Essa constatação está de acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (2008), que afirma que investimentos em infraestrutura de mercado, em melhoria da capacidade técnica dos agricultores e em instrumentos de gestão do risco podem ocorrer pela ação coletiva, via organizações de produtores.

Logo, as dificuldades enfrentadas por pequenos produtores familiares, como a insegurança para fazer investimentos, planejar as atividades e ampliar sua capacidade produtiva, podem ser superadas em um

contexto onde haja cooperação (SOUZA FILHO; BONFIM, 2013). Ainda, de acordo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (2008), a ação coletiva entre pequenos produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, sendo essas organizações essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

Buainain (2006) afirma que o grau de organização e participação de produtores familiares em organizações sociais, como as cooperativas e associações de produtores, têm impacto direto sobre a capacidade de adoção de novas práticas, produção e eficiências do uso dos recursos. No entanto, de acordo com o autor, a agricultura familiar brasileira apresenta baixo nível organizacional e a predominância do trabalho familiar individual.

Para Vilpoux e Oliveira (2011), as organizações de apoio e os Governos podem ajudar na organização dos agricultores, no entanto, muitos projetos funcionam apenas enquanto recebem seu apoio. Com a finalização da assistência, acaba a cooperação entre os agricultores, voltando-se à situação inicial.

Para Aun, Carvalho e Kroeff (2005), ao constituir relações de cooperação, os atores substituem a competição pela parceria, estabelecendo relações de interdependência. O comportamento cooperativo pode ser possibilitado considerando a presença do capital social entre os agricultores. O capital social refere-se à habilidade dos indivíduos em garantir benefícios, por meio de associação em redes de relações sociais – ou outras estruturas – alicerçadas por confiança, norma e costumes. Dessa forma, admite-se que, no caso de cooperação entre agricultores familiares, há a utilização de um arranjo institucional denominado cooperativo (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

Ressaltada a importância da interação entre os agricultores familiares por ações coletivas para o alcance de objetivos comuns e, dada a predominância do trabalho individual, a problemática aqui envolvida é: Quais são as principais diferenças entre as ações cooperativas desenvolvidas pela agricultura familiar nos estados de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina?

Dessa forma, estabelece-se o objetivo deste trabalho: analisar a importância do capital social na implantação de relações cooperativas entre os agricultores familiares dos estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O trabalho se justifica na medida em que analisa a importância do capital social na implantação de relações cooperativas entre os agricultores familiares de dois estados com características diferenciadas. A análise da importância do capital social na implantação de relações

cooperativas entre os agricultores familiares de dois estados justifica-se, também, em razão da existência de trabalhos que enfatizam o capital social como propulsor de cooperação e, conseqüentemente, propulsor de casos de sucesso na obtenção dos objetivos almejados pelos cooperados (GOMES, 2005; SIMAN, 2009), o que se soma às dificuldades na organização e na gestão da cooperação, levando a organização ou grupo a encerrar suas atividades sem atingir os objetivos propostos. Este projeto está inserido em uma pesquisa maior, aprovado pelo CNPq e contou com a parceria da AGRAER no MS e EPAGRI em SC.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolver esta pesquisa serão abordados nesta fundamentação 2 (dois) temas de estudo: 1) A agricultura familiar: definição e importância; 2) Capital Social: definição e os principais autores de referência.

### 2.1 Agricultura Familiar

A expressão *agricultura familiar*, em sua trajetória, pode ser apresentada em duas vias distintas de desenvolvimento: uma é a norte americana, que apresentou grande desenvoltura entre os anos 1950 e meados dos anos 1980; e a outra via europeia (especificamente França e Reino Unido), onde a produção agrícola, sob gestão familiar, recebeu o interesse dos cientistas sociais (NAVARRO, 2010).

No Brasil, em 1964, a propriedade familiar foi definida inicialmente no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro, todavia, foi a partir do final dos anos 1980 que o debate sobre a agricultura familiar ganha força (PLEIN; SCHNEIDER, 2003). A pequena propriedade é, então, definida no ano de 1993, pela lei nº 8629, de 25 de fevereiro, pelo inciso II do artigo 4º, que estabelece que o imóvel rural deva compreender uma área entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; e como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993).

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural, quanto à sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo: Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 módulo fiscal; Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais; Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais. O tamanho do módulo fiscal, em hectares, está fixado

para cada município na Instrução Especial de 1980 do INCRA (BRASIL, 1993).

Contudo, apesar das definições formais, quanto à propriedade familiar e pequena propriedade, a definição do termo *Agricultura Familiar* no Brasil, deu-se pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). De acordo com esta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize, predominantemente, mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Schneider (1999), além das estratégias de ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares, frequentemente, conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão de obra familiar e isso, geralmente, ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão de obra.

Buainaim, Romeiro e Guanziroli (2003) afirmam que, na agricultura familiar brasileira, os produtores apresentam, frequentemente, as seguintes características: diversificação, estratégia de investimento progressivo, combinação de subsistemas intensivos e extensivos e grande capacidade de adaptação. De acordo com Veiga et al. (2001), uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

De acordo com o Brasil (2012), desde o ano de 2003, 4,8 milhões de brasileiros que vivem no meio rural saíram da situação de pobreza o que coloca a agricultura familiar como um importante instrumento de inclusão social e produtiva no meio rural brasileiro.

Ao analisar a importância da agricultura familiar, Carneiro e Maluf (2003) destacam diferentes funções que ela ocupa como as que se seguem: reprodução socioeconômica das famílias; promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais;

manutenção do tecido social e cultural e, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Para Gonçalves e Souza (2005), a agricultura familiar representa um elemento relevante das políticas setoriais brasileiras que pressupõem tratamento diferenciado em relação à agricultura de escala de modo que para elas são organizados planos de safras diferenciados.

Para a agricultura Familiar, o Plano Safra aperfeiçoa as políticas públicas, implantadas nos últimos anos, para este segmento produtivo com três objetivos: aumento da produção de alimentos, geração de renda no campo e organização econômica dos agricultores (as) familiares, assentados (as) da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2012). Entre as principais Políticas Públicas implementadas pelo governo Federal, objetivando impactar a agricultura familiar, destacam-se o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, NAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

No Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, representando 84,4% do total, ocupando 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13.048.855 de pessoas, ou seja, 78,76% do total da mão de obra no campo (IBGE, 2009).

De acordo, ainda, com o referido Censo, dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Mesmo com o número apresentado para lavouras, a agricultura familiar era responsável por: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos; mostrando, dessa forma, seu peso na cesta básica do brasileiro (IBGE, 2009).

A agricultura familiar é um setor que contribui com o agronegócio por meio da ocupação e geração de renda a um grande número de famílias de agricultores que dependem da terra para sua sobrevivência, conforme Sangalli et al. (2010). Para Kiyota et al. (2010), para os pequenos proprietários, os custos de produção são muito elevados de forma que esses não conseguem ser compensados pelos rendimentos da venda da produção. Este fato leva muitas famílias de agricultores a buscar alternativas mais viáveis via agregação de valor do produto

agrícola, no sentido de atingir formas de resistência e de diversificação das atividades produtivas e econômicas.

A ação coletiva, entre os pequenos produtores, pode reduzir custos de transação nos mercados, sendo essas organizações essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2008). A ação coletiva é capaz de gerar possibilidades de integração e transformação econômica e social (GOMES, 2005).

Pode-se afirmar que a interação pela ação coletiva pode se constituir em um elemento chave para melhorar a qualidade de vida das famílias, por meio da renda, por exemplo. Quando os indivíduos cooperam, esses optam por agirem juntos, em prol de um objetivo comum, unindo suas competências para atingir um aumento de eficiência (ABBADE, 2010). Assim, passa-se a discorrer sobre os conceitos de capital social, que pode ser facilitado pelo estabelecimento de confiança e cooperação.

## 2.2 Capital Social

O capital social emergiu como um dos conceitos mais salientes das ciências sociais e é visto a partir de pontos de vista divergentes, sendo os estudos utilizando a perspectiva teórica impulsionados com base na publicação dos trabalhos de Coleman (1987) e Putnam (1993).

Putnam (1993) popularizou o tema capital social com seu importante estudo sobre desempenho institucional dos governos do norte e do sul da Itália, definindo capital social como grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associativismo dos membros desta sociedade. Para o autor, grandes variações no desempenho dos governos estão intimamente relacionadas com a oscilação da vida associativa em cada região. Para o autor, o cerne do capital social são as relações de confiança e cooperação. As relações de confiança objetivam a promoção da cooperação, ou atuam ampliando a probabilidade de maior ocorrência. De acordo com o autor, a criação do estoque de capital social dá-se considerando um ciclo virtuoso de confiança e cooperação (PUTNAM, 1996).

Para Coleman (1990), o capital social é o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo de transação mais elevado. Entre os vários tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se a existência de grupos e redes

formais e informais; as relações de confiança mútua; presença de normas e sanções; relações que envolvem autoridade ou capacidade; as relações que permitem aos indivíduos obterem informações por baixo custo (GOMES, 2005).

Para Lin (1999), a premissa do capital social é a de investimento nas relações sociais com retornos esperados. Assim, os indivíduos interagem, por meio de redes sociais objetivando atingir lucro. De acordo com Woolcock (1998), são três os tipos de capital social que se diferenciam, conforme a posição das relações sociais, a saber: capital social institucional, capital social extracomunitário e capital social comunitário. O capital social institucional é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado. O capital social extracomunitário refere-se às relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. O capital social comunitário é aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos.

Para o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (2000), o capital social atua em três níveis dentro das redes sociais: 1) Capital social de ligação (*Bonding social capital*) onde predominam relações de confiança e amizade; 2) Capital social de ponte (*Bridging social capital*) relevante para o alcance dos interesses da comunidade junto às instituições. Este se dá diante da necessidade do alcance de melhores resultados das ações, quando as redes sociais necessitam ser ampliadas; e 3) Capital social de conexão (*Linking social capital*) que intermedia os recursos adicionais das comunidades na promoção do desenvolvimento comunitário.

Para a agricultura familiar, o capital social pode gerar uma cultura associativa e cooperativa, onde um agricultor pode ajudar o outro e age no sentido de contribuir para uma redução de custos, como o caso do manejo da produção. Essa cultura cooperativa e associativa deve se desenvolver por meio do capital social e, de acordo com Coleman (1990), possibilita o alcance de objetivos que sem o mesmo não seriam alcançados.

A capacidade dos indivíduos de estabelecer relações organizadas – mercantis e não mercantis – além de beneficiar a troca de informações e favorecer a conquista conjunta de mercados, pode atuar na criação de capital social onde o mesmo inexistente (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011). Em 2003, o Banco Mundial desenvolveu o *Questionário Integrado para medir Capital Social*, onde o seu nível deve ser medido em seis níveis, quais sejam: Grupos e Redes, Confiança e

Solidariedade, Ação Coletiva e Cooperação, Informação e Comunicação, Coesão e Inclusão Social e, Autoridade (ou capacitação) e Ação Política (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2003). Conforme se verifica, tomando-se por base os níveis destacados para medir o capital social, são temas recorrentes na literatura supra-abordadas.

Conforme Abramovay (2000), quando os agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente, seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda. Para o autor, a não cooperação implica a existência de riscos, mas o controle só é efetivo se os atores interiorizarem os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. Existem sanções pela conduta “desviante”, mas elas só funcionam pela presença de recursos morais que têm a virtude de aumentar conforme seu uso e dos quais a confiança é o mais importante.

O capital social é, também, definido como normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes da interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, o conceito de capital social passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações (MARTELETO; SILVA, 2004). Para Franco (2001), o exercício da confiança leva as pessoas à cooperação, bem como favorece a estocagem de capital social. Já para Putnam (1996), as relações de confiança e cooperação constituem o cerne do capital social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se constitui em estudo exploratório, no que diz respeito à obtenção de informações sobre o problema desta pesquisa, utilizando-se da abordagem qualitativa por meio do estudo de caso, buscando-se analisar a importância do capital social na implantação de relações cooperativas entre os agricultores familiares. O referencial teórico foi construído pelos dados secundários - pesquisa bibliográfica e documental - sobre agricultura familiar e capital social. Para o levantamento e coletas de dados primários, utilizou-se, nesta pesquisa, de visitas às propriedades e aplicação de questionário estruturado, em pesquisa de campo. A pesquisa contou com a parceria da AGRAER, no estado de Mato Grosso do Sul, e da EPAGRI, em Santa Catarina, que atuaram como facilitadoras entre pesquisadores e agricultores familiares.

As variáveis do questionário foram: Identificação e Família; Propriedade, Produção e Comercialização; e Capital Social e Tramas Institucionais. O procedimento da amostragem foi não probabilístico por conveniência, visando atender à dotação orçamentária prevista para a execução da pesquisa. Dessa forma, no estado de Santa Catarina foram aplicados 22 questionários em Rio dos Cedros, 15 em Cubatão e 13 em Teresópolis, totalizando 50 questionários. Em Mato Grosso do Sul, também, foram aplicados 50 questionários, sendo 20 deles em Rochedinho e 30 em Terenos.

Definiu-se o arranjo institucional verificado entre os agricultores familiares como do tipo institucional cooperativo, composto pelas seguintes variáveis: confiança, cooperação e participação, visto que essas estão atreladas ao conceito de capital social. O tratamento dos dados deu-se por análises descritivas, num confronto entre os resultados encontrados e a teoria, objetivando evidenciar as diferenças no nível de capital social e cooperação entre os dois estados. A pesquisa de campo foi realizada em Março de 2011.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

O estado de Mato Grosso do Sul se encontra no sul da região Centro-Oeste e as migrações do Estado se deram, primitivamente, por tribos indígenas, dos quais os habitantes da região herdaram muitos dos costumes e tradições, ainda, hoje cultivados. As migrações oriundas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e da população Nordestina e imigrações de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano, também, foram importantes para o povoamento de Mato Grosso do Sul e marcaram a cultura da região (IBGE, 2012).

O Mato Grosso do Sul é caracterizado como um estado onde a concentração da posse da terra ainda é alta, com área média de 1.215 ha (IBGE, 2009) onde há predominância de atividades extensivas como a pecuária de corte, cultivo de mandioca industrial, além das monoculturas da soja, cana-de-açúcar e milho.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2012), no estado de Mato Grosso do Sul, com base no Censo Agropecuário 2006 do IBGE, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 41.104, o que corresponde a 63% dos imóveis rurais do estado. Esses estabelecimentos são responsáveis por 46% do pessoal ocupado no meio rural, com 97.431 pessoas, e 14% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado. A agricultura familiar sul mato-grossense responde por

77% da mandioca, 56% da produção de feijão, 68% do café e 56% da produção de leite que as famílias consomem diariamente no estado.

Já o estado de Santa Catarina está localizado no sul do Brasil, situando-se no centro dos principais mercados do Brasil e dos países do MERCOSUL, facilitando, assim, a distribuição e comercialização de seus produtos. A população do estado é majoritariamente descendente de europeus de diversas origens, com predominância de portugueses, italianos, holandeses e alemães (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, 2012). O Estado está entre os seis principais estados produtores de alimentos, dispõe de um patrimônio natural rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades. Estas famílias de agricultores são responsáveis por mais de 64% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se na produção de 93% de mandioca, feijão 73%, café 90%, 77% do milho, 67% dos suínos, 68% de aves, 87% do leite e 91% da cebola (IBGE, 2009).

O Estado de SC possui grande potencial para atender ao crescente mercado consumidor de produtos vindos da agricultura familiar, principalmente, por se constituir de grande número de pequenas propriedades familiares agrícolas, dispor de mão de obra qualificada e instituições de apoio em todo seu território, possuindo diversidade de condições agro ecológicas, vias de transporte estruturada, portos, além, como relatado, da proximidade de grandes centros (INSTITUTO CEPA, 2004).

#### 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No estado de Mato Grosso do Sul, os agricultores entrevistados podem ser classificados quanto à descendência em: descendência Europeia (Italianos, Portugueses e Holandeses), descendência brasileira (Sulmatogrossenses, Nordestinos, outros estados e Indígenas) conforme Figura 1. Em relação à cidade de nascimento, verificou-se que os agricultores e seus pais nasceram na mesma cidade, distribuídos entre os estados de Mato Grosso do Sul, Região Nordeste e Região Sul.

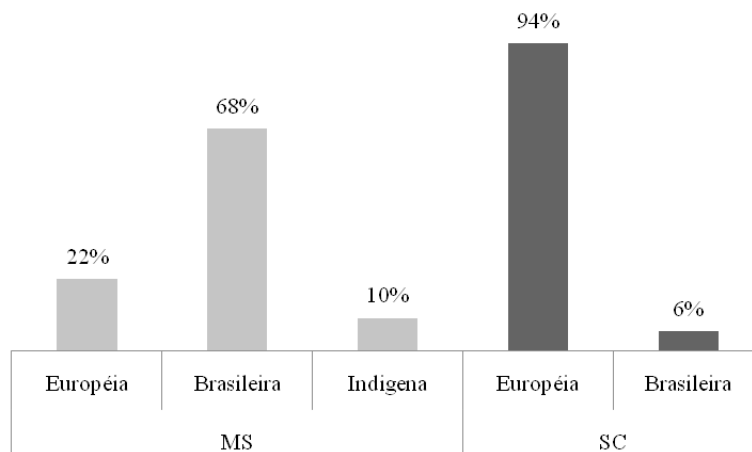
Em Santa Catarina, os agricultores entrevistados declararam ter descendência europeia (holandeses e alemães) e brasileira (estado de Santa Catarina). Em relação à cidade de nascimento, verificou-se que os agricultores e seus pais nasceram, na grande maioria, na mesma cidade, distribuídos entre o estado de Santa Catarina e Paraná. A nacionalidade e a origem podem

facilitar a presença do capital social de ligação, *Bonding social capital*, por uma cultura que pode ser transmitida de pais para filhos (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2000).

Tanto os agricultores de Mato Grosso do Sul, como os de Santa Catarina relataram que as atividades desenvolvidas dentro da propriedade são feitas pela família a fim de garantir a permanência da família nas atividades, sendo a família composta pelos agricultores e seus filhos; e estes não recorrem à mão de obra assalariada, a não ser de forma ocasional e em quantidade inferior à mão de obra familiar, como forma alternativa de auxílio no processo produtivo, fato

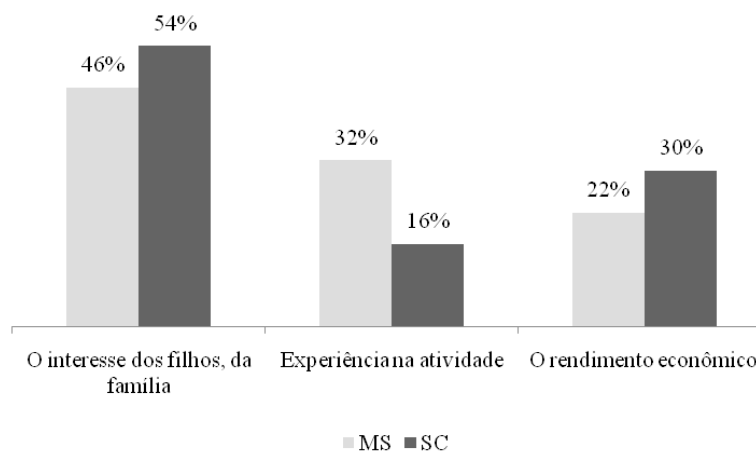
que concorda com a afirmação de Schneider (1999) quanto à conciliação da mão de obra familiar com a contratada nas atividades produtivas dentro das propriedades.

Quanto aos aspectos importantes para a tomada de decisão no processo produtivo, os agricultores familiares entrevistados em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina relatam que primeiro vem o interesse dos filhos e da família como sendo o fator mais importante ao tomar decisão nas suas atividades agrícolas, conforme Figura 2. A consciência familiar e social reforça os laços de identidade que pode ser caracterizado como capital social de ligação, conforme Putnam (2000).



**FIGURA 1** – Descendência dos entrevistados

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de pesquisa de campo



**FIGURA 2** – Aspectos mais importantes na tomada de decisão

Fonte: Elaborada pelos autores considerando a pesquisa de campo



No que se refere às decisões tomadas na gestão da propriedade, entre os agricultores de Mato Grosso do Sul, 96% relataram que as decisões na gestão da propriedade são feitas por eles, ou por eles e sua família e 4% relataram que ouvem, também, outros parentes e alguns vizinhos para a tomada de decisão. Em Santa Catarina, 92% dos agricultores relataram que as decisões na gestão da propriedade são feitas por eles, ou por eles e sua família e 8% relataram que ouvem, também, outros parentes e alguns vizinhos para a tomada de decisão. Nenhuma propriedade pesquisada utiliza mão de obra contratada para gerenciar a produção, distribuição e circulação dos produtos. O estabelecimento da confiança ocorrida, durante a tomada de decisão, de acordo com Putnam (1993) propicia a criação do estoque de capital social.

No estado de Mato Grosso do Sul, 70% dos entrevistados relataram que residem na propriedade por um período superior a 15 anos. Em Santa Catarina, 92% dos agricultores relataram residir na propriedade por um período superior a 15 anos. Esse aspecto favorece a criação de vínculos entre os produtores que, ainda que tenham origens diferentes, podem desenvolver capital social de ligação (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2000).

Tanto em Mato Grosso do Sul, como em Santa Catarina verificou-se que os filhos dos agricultores não querem mais dar continuidade às atividades agrícolas e que o interesse é em atividades na cidade. A falta de perspectivas de sucessores para o trabalho na terra pode gerar gargalos com verdadeiros “asilos rurais” (DOTTO, 2011).

Em ambos os estados, a produção está distribuída entre a agricultura, pecuária e beneficiamento de alguns produtos como o queijo, doce de leite e linguiça defumada. A avicultura começa a aparecer nos dois estados, mas ainda com uma produção muito inicial e integrada à indústria processadora, conforme relato de alguns agricultores.

Há em Santa Catarina, agricultores de várias outras partes do estado que produzem morangos, e este interesse, mesmo que ainda pouco significativo, começa a surgir dentre os agricultores familiares pesquisados, assim como a complementação da renda por meio do artesanato. Os alimentos produzidos na propriedade servem não só para abastecer o mercado consumidor, como também para o consumo familiar e para as trocas entre vizinhos, e é a grande fonte de renda destes agricultores. Esta renda é complementada por aposentadoria ou algum outro tipo de serviço prestado a terceiros por algum membro da família.

O processamento de polpa de fruta aparece apenas no Mato Grosso do Sul, assim como a produção de leite de vaca, onde esta começa a se desenvolver, principalmente, na região de Terenos. Os agricultores deste município, por sua associação, reúnem suas produções em resfriadores fornecidos pelo governo para, assim, fazer sua comercialização. Como pôde ser observado em visita, os resultados deste processo estão bastante ancorados em estratégias da associação e cooperação, proporcionando chances no mercado consumidor, sendo essas organizações essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2008).

Em Mato Grosso do Sul, os agricultores, apesar de envolvidos com atividades produtivas, têm 72% de suas rendas geradas fora destas atividades, ou seja, sua renda está sendo complementada por empregos por algum membro da família fora da propriedade ou pela aposentadoria, não preenchendo o requisito da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que tem como uma das condições que o agricultor tenha renda familiar, predominantemente, originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006).

Em Santa Catarina, a agricultura é muito forte e, conforme relato dos agricultores, eles utilizam o saber fazer e técnicas tradicionais de manejo dos recursos nas suas atividades. E este conhecimento técnico foi herdado não somente pelos pais, avós e familiares, como também relataram que adquiriram conhecimentos mais modernos por cursos e palestras, muitos deles oferecidos por cooperativas e pela EPAGRI, além das trocas de experiências com os vizinhos ou outros companheiros da região e, assim, formaram sua própria experiência. Essa interação favorece o desenvolvimento e estocagem de capital social (PUTNAM, 1993).

No estado de Mato Grosso do Sul, os agricultores relataram que adquiriram conhecimento com seus antepassados, com vizinhos e com o aprendizado de técnicas modernas no processo produtivo. Eles enfatizam, em seus relatos, que o conhecimento adquirido com os antepassados foi o fator mais importante para o desenvolvimento de seus processos produtivos. Grande parte dos agricultores desenvolveu suas atividades, baseados na experiência como agricultores, vindo, assim, a ter baixo desenvolvimento de relações sociais neste processo.

Em Mato Grosso do Sul, os principais canais de comercialização indicados foram: feiras livres (12%), comércio local (18%), indústria processadora

(40%), distribuidor/Ceasa (16%) e outros canais (14%). Os agricultores utilizam de uma cooperativa para comercialização de leite, estando atrelados à venda de seus produtos à indústria processadora. Em Santa Catarina, os principais canais de comercialização indicados foram: feiras livres (11,5%), comércio local (11,5%), indústria processadora (3%), distribuidor/Ceasa (66,5%), Bares e Restaurantes, e Hotelarias (2,5%) e outros canais (5%).

Quanto à utilização da feira livre como um canal de comercialização da agricultura familiar, Pierri e Valente (2011, p. 1) afirmam que “as feiras livres persistem no tempo e é recurso muito utilizado para o abastecimento de alimentos frescos, produtos especiais e produtos com identidade territorial”. Para os autores, a feira livre é, também, reconhecidamente, um espaço privilegiado de socialização e resgate cultural.

Em Mato Grosso do Sul, os tipos de estratégias conjuntas de comercialização mencionados nos relatos de estratégias foram: os produtores entregam o leite na associação e este vai para o laticínio (50%) e; Projeto PAZ – o projeto vende e repassa o dinheiro (50%). De acordo com os produtores, esse tipo de parceria melhorou as vendas. O já citado Projeto PAZ é um projeto da prefeitura que compra os produtos e repassa-os aos locais mantidos por ela, como no caso de escolas municipais.

Os tipos de estratégias conjuntas de comercialização, mencionados em Santa Catarina, foram: comercialização conjunta (25%); discussão sobre plantio (12,5%); diversificar produtos para comercialização (12,5%); encontros com a EPAGRI (12,5%); reunião de vizinhos (12,5%); revenda para terceiros com divisão de lucros (12,5%) e união dos agricultores (12,5%). Essas relações sociais ajudam os produtores a atingir objetivos que, sem tais relações, dificilmente seriam alcançáveis (COLEMAN, 1990), propiciando a cooperação entre os mesmos.

Nas duas regiões pesquisadas, observou-se que, mesmo possuindo produtos orgânicos e produtos que preservam sua identidade regional, os agricultores não os utilizam como benefícios para agregar valor a seus produtos, o que poderia se transformar em estratégias de comercialização. Sobre a utilização de alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade, apenas 4% dos produtores de Mato Grosso do Sul e 32% dos produtores de Santa Catarina o fazem, de forma que, entre esses, constatou-se que tais identificações são feitas sem nenhum controle.

Em relação a contratos, verificou-se que, entre os agricultores, 68% de Mato Grosso do Sul e 30% de

Santa Catarina demonstraram que não há preocupação com a função planejamento no seu processo de venda ao relatarem que não pensam na venda antes da produção. O desenvolvimento de relações sociais com pessoas de grupos ou regiões diferentes (capital social de conexão) poderia propiciar o acesso a maiores informações resultando num esforço para o planejamento da produção e comercialização (BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2000).

Verificou-se que 74% dos agricultores de Mato Grosso do Sul relatam não praticar formas de ajuda mútua com outros agricultores, que os mesmos não desenvolveram relações concretas de confiança, entre os membros da comunidade na região, dificultando, assim, as ações coordenadas. Em Santa Catarina, as relações de cooperação são mais evidentes, quando afirmam trocarem serviços (30%) e praticarem vendas conjuntas de produtos (22%). Como mediador e facilitador das relações de cooperação entre os agricultores, destacam-se estas ações coletivas, pois são elas que favorecem o compartilhamento de valores comuns, hábitos, experiências históricas, identidade, e desenvolvem as relações de confiança. Esta reciprocidade nas relações de ajuda dos agricultores pode ser um importante mecanismo cultural ao conferir caráter produtivo ao capital social (FARINA, 1999).

Estas ações poderiam ser o ponto de partida para estes agricultores desenvolverem suas relações, a fim de facilitar não só as relações sociais, mas também as econômicas e, assim, melhorar a eficiência produtiva para tentar reduzir possíveis comportamentos oportunistas favorecendo o desenvolvimento territorial rural desta região.

Importante verificar que em Mato Grosso do Sul, os agricultores (66%) relataram que sozinhos não têm grandes possibilidades de comércio de seus produtos frente à economia de escala desenvolvida por grandes produtores rurais. De acordo com estes: se houver união, tudo fica melhor, melhores resultados, mais pessoas para ajudar, mais pessoas pensando (42%); com mais produtos, o preço melhora (50%), e deveria haver cooperativas para desenvolver melhor os produtos (8%). No entanto, 34% dos agricultores não conseguem perceber que estratégias coletivas que tenderiam a criar oportunidades no mercado consumidor, gerando benefícios como a redução de incertezas e riscos e as oportunidades competitivas e penetração a mercados.

Para Figueiredo et al. (2011), atividades como a produção na agricultura familiar apresentam baixo poder de barganha do pequeno produtor com o mercado varejista,

exigindo uma organização coletiva, atingindo, assim, escala de produção, facilitando a incorporação de novas tecnologias e facilitando a negociação, podendo garantir maior lucratividade.

Em Santa Catarina, 66% dos agricultores disseram que sozinhos não têm mais possibilidades de comércio para seus produtos do que em grupo, e este ponto é muito importante, pois a confiança pode veicular relações de reciprocidade, solidariedade e cooperação. Importante destacar que estes pontos podem ser estratégias de desenvolvimento ao incorporar no processo produtivo recursos intangíveis nas suas relações econômicas e de produção (COLEMAN, 1990).

Em Mato Grosso do Sul, 78% dos agricultores relataram trocar informações com vizinhos, amigos e familiares sobre o processo produtivo e visitar propriedades rurais na comunidade. Em Santa Catarina, o percentual foi 70%. Este comportamento tende a fortalecer os relacionamentos de confiança, a transparência da gestão, a transferência de capacidades, a distribuição da informação facilitando a condução de processos de desenvolvimento (JARA, 1999).

Para que a cooperação entre os agricultores possa ocorrer, eles precisam confiar naqueles com os quais estão negociando e é assim que os atores sociais e as instituições facilitam o acesso a novos mercados, por meio de conquistas coletivas e a diminuição do oportunismo dos indivíduos. A criação do estoque de capital social dá-se com base em um ciclo virtuoso de confiança e cooperação (PUTNAM, 1996).

Em relação a associações de agricultores, tanto em Mato Grosso do Sul como em Santa Catarina, a Tabela 1 ressalta os resultados que evidenciam que o ambiente a ser desenvolvido pelos agricultores deve envolver os aspectos sociais nas relações da cadeia produtiva, onde a confiança, cooperação, reciprocidade e organização social poderão viabilizar e potencializar as atividades produtivas e seus resultados. Essa cultura cooperativa e associativa desenvolvida pelo capital social possibilita os objetivos

que sem o mesmo não seriam alcançados conforme Coleman (1990).

A participação dos agricultores, na vida em sociedade, pode ser considerada baixa em Mato Grosso do Sul e média em Santa Catarina, pois acabam se restringindo em ir à Igreja, ou, raramente, a algum evento festivo na região, mas pelos relatos, os agricultores disseram que pouco conversam com os vizinhos nestas ocasiões. Em entrevistas, os agricultores relataram que gostariam de preservar as relações familiares e as relações com a comunidade, seja por vínculos parentais ou por meio de amizades. Esta característica é importante para eles estabelecerem relações de confiança, de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011).

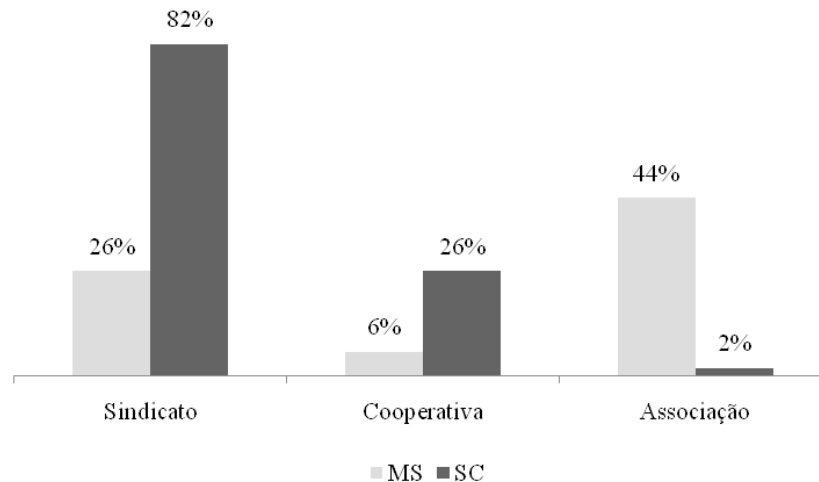
Em Mato Grosso do Sul, dos agricultores que participam da associação (Figura 3), 66% são sócios, 24% são sócios atuantes e 10% sócios dirigentes. As ações coletivas tendem a favorecer os objetivos comuns, tais como melhora na eficiência de negociação de compra de insumos, equipamentos, além da comercialização conjunta de produtos. Nota-se a presença de sindicato, no entanto, em visitas feitas aos agricultores, os mesmos relataram que pouco utilizam dos serviços dos sindicatos, utilizando-se mais da assessoria da AGRAER. Já o cooperativismo é pouco utilizado pelos agricultores o que demonstra que os mesmos pouco utilizam das transações econômicas, sociais e culturais que podem ser proporcionadas pelas ações cooperativas dos atores locais.

Em Santa Catarina, o sindicato é presença forte entre os agricultores, observando-se assim que os mesmos estão bem assistidos e organizados. Dos que participam de alguma organização, 86% dos agricultores relataram serem sócios, 12% sócios atuantes e 2% sócios dirigentes. Já em relação às associações e cooperativas, os agricultores relatam pouco utilizar desta estratégia e isto vai de encontro às constatações feitas, pois observou-se que os costumes e práticas sociais presentes poderiam favorecer à iniciativa individual e à cooperação entre os atores locais envolvidos.

**TABELA 1** – Distribuição dos entrevistados quanto à atuação da associação em percentagem.

	MS (%)	SC (%)
Não existe uma associação ou desconheço a existência	4	36
Não existe ajuda com a produção ou comercialização de produtos por parte de alguma associação	34	20
A associação ajuda na produção e comercialização dos produtos	62	44

Fonte: Elaborada pelos autores considerando a pesquisa de campo



**FIGURA 3** – Percentual de participação nas organizações

Fonte: Elaborada pelos autores considerando a pesquisa de campo

Esta perspectiva reforça a importância da formação das redes sociais, das normas de confiança mútua e da riqueza do tecido associativo como pressupostos fundamentais do desenvolvimento territorial e que favorecem a participação destes agricultores em instituições, pois essa capacidade de inovação e de geração de conhecimentos, competências ou habilidades feitas por algum tipo de associativismo são essenciais à evolução de todo o sistema territorial de produção, mas é válido salientar que o desenvolvimento dessas capacidades depende, por sua vez, da ação dos atores sociais envolvidos no território (GOMES, 2005).

## 6 CONCLUSÃO

Com base no estudo, verificam-se interações sociais em níveis diferentes nos dois estados. Em Santa Catarina, constatou-se um maior desenvolvimento nesse sentido, em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, o que pode ser verificado pelas entrevistas.

Em Mato Grosso do Sul, grande parte dos agricultores desenvolvem suas atividades baseados na experiência como agricultores, vindo, assim, a ter baixo desenvolvimento de relações sociais neste processo. As estratégias conjuntas para comercialização são utilizadas no dois estados, no entanto, em Santa Catarina, observou-se uma maior interação social durante o processo. Quanto à ajuda mútua para a comercialização, embora nos dois estados essas se fizessem presentes em número reduzido, verificou-se que em Santa Catarina essa proporção aparece num percentual maior que o dobro do verificado em Mato Grosso do Sul.

Em Santa Catarina, observa-se que as relações de cooperação são mais evidentes, quer pela confiança desenvolvida ou pelas obrigações de reciprocidade. Em Mato Grosso do Sul muitos agricultores relataram não praticar formas de ajuda mútua com outros agricultores, que não desenvolveram relações concretas de confiança entre os membros da comunidade na região, dificultando, assim, as ações coordenadas. Em ambos os estados, há troca de informação entre os produtores, comportamento que desenvolve e fortalece a confiança pela distribuição de informações e capacidades. No que se refere ao relacionamento dos agricultores com instituições e organizações, os mesmos só obtêm retorno, quando procuram, em momentos específicos, não sendo atuantes na resolução de problemas de cooperação entre os indivíduos.

Os laços fortes verificados junto à família são importantes para o desenvolvimento da confiança mútua que pode atuar como propulsor da cooperação. A participação dos agricultores na vida em sociedade, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, restringe-se em ir à Igreja, ou a eventos festivos na região. Nesse sentido, importa o estabelecimento de relações de confiança, a fim de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns. No que tange à participação em sindicato, cooperativa ou associação, em Mato Grosso do Sul a participação foi maior para associações; enquanto que em Santa Catarina a participação verificada foi maior em sindicato e, posteriormente, em cooperativa.

Conclui-se que a falta de confiança, de reciprocidade e o desinteresse na participação de ações coletivas

dificultam a manifestação e o surgimento da cooperação entre os agricultores familiares do estado de Mato Grosso do Sul, limitando a participação e o comprometimento desses com as relações sociais horizontais, o que resulta em perda para essa sociedade, dado que a vida coletiva, cooperativa, proporcionaria a eles condições plenas de se inserir na sociedade com maior poder de negociação e organização. Em Santa Catarina, verificou-se entre os agricultores maior disposição e existência da cooperação e, assim, nesse estado o capital social é verificado por meio da cooperação, confiança e reciprocidade, tendo como possíveis justificativas o fato de ser um estado mais antigo, com uma agricultura familiar forte, onde os agricultores vêm, em sua maioria, de uma mesma descendência, encontrando-se em faixa etária mais jovem. Apesar da baixa participação em Cooperativas ou Associações, verificadas via entrevistas e maior participação em sindicatos, constatou-se maior nível de informação e organização entre esses.

Por meio da pesquisa, no estado de Mato Grosso do Sul, mesmo diante da participação em associação, verificou-se baixo nível de capital social, pelo baixo percentual de participação em organizações, cooperação, confiança e reciprocidade observadas. Nesse sentido, sugere-se intervenção do Governo como propulsor de ações de cooperação, de forma que sentimentos de reciprocidade e confiança atuem em estratégias de cooperação pela rede de relacionamentos, manifestando e sustentando o capital social, via geração e estoque deste. O trabalho apresenta limitações, no que se refere ao número de questionários aplicados. Sugere-se, para futuras pesquisas, o incremento de municípios e entrevistas.

## 7 REFERÊNCIAS

- ABBADE, E. B. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. **GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, ano 5, n. 3, p. 131-147, 2010.
- ABRAMOVAY, R. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ALBUQUERQUE, G. C. A. de; CÂNDIDO, G. A. Experiências de formação de capital social e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Vale do Submédio São Francisco. **REUNIR - Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 83-100, maio/ago. 2011.
- AUN, M. P.; CARVALHO, A. M. A. de; KROEFF, R. L. Arranjos produtivos locais e sustentabilidade: políticas públicas promotoras de desenvolvimento regional e da inclusão social. **Alcance UNIVALI**, Itajaí, v. 12, n. 3, p. 317-333, 2005.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Questionário integrado para medir capital social**. Brasília, 2003.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento: visão geral**. Washington, 2008. Disponível em: <<http://www.wdronline.worldbank.org/worldbank/a/langtrans/28>>. Acesso em: 10 maio 2012.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Vozes dos pobres: Brasil**, relatório nacional, relatório participativo sobre a pobreza preparado para o Poverty Reduction and Economic Management Network. Brasília, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm)>. Acesso em: 17 maio 2012.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 17 maio 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2011-2012**. Disponível em: <[http://www.seagri.ba.gov.br/cartilha\\_plano\\_safra\\_2011.2012.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/cartilha_plano_safra_2011.2012.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 10, p. 312-347, 2003.

- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. London: The Belknap, 1990.
- COLEMAN, J. S. Norms as social capital. In: RADNITZKY, G.; BERNHOLZ, P. (Ed.). **Economic imperialism: the economic approach applied outside the field of economics**. New York: Paragon House, 1987. p. 133-155.
- CRIBB, A. Y.; CRIBB, S. L. S. P. Gestão cooperativista e verticalização agroindustrial: estratégias para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, p. 110-119, 2008.
- DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. 113 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.
- EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina: características e potenciais**. Disponível em: <[http://cepa.epagri.sc.gov.br/aspectos/menu\\_sc.htm](http://cepa.epagri.sc.gov.br/aspectos/menu_sc.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.
- FIGUEIREDO, A. dos S. et al. Processos logísticos de organização de produtores de hortaliças na comercialização com varejo. In: \_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2011. p. 141-160.
- FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Millennium, 2001.
- GOMES, A. P. W. **Capital Social e ação coletiva: um estudo sob a ótica da nova economia institucional no Assentamento Primeiro de Junho, MG**. 2005. 93 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.
- GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**. São Paulo: IEA, 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 7 maio 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados**. Brasília: MDA/MPOG, 2009.
- INSTITUTO CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina: 2003-2004**. Florianópolis, 2004. 377 p.
- JARA, C. Capital social e desenvolvimento local sustentável. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1999, São Luís. **Anais...** São Luís: CONTAG, 1999. p. 34-68.
- KIYOTA, N. et al. **A agroindústria familiar como uma estratégia de produção de novidades na agricultura: uma análise comparativa entre sul e nordeste do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/pgdr/ipode/resumos/resumo\\_07.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/ipode/resumos/resumo_07.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2012.
- LIN, N. Building a network theory of social capital. **Connections**, Duke, v. 22, n. 1, p. 29-51, 1999.
- MADER, H. Uma agricultura familiar e diversa: a construção de identidades no campo brasileiro. In: SEMINÁRIO CULTURA E ALIMENTAÇÃO, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SESC, 2006. 1 CD-ROM.
- MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.
- NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. São Paulo: IPEA, 2010. 298 p.
- PIERRI, M. C. Q. M.; VALENTE, A. L. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2011.
- PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. (Ed.). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. Francisco Beltrão: Calgan, 2003. p. 45-69.

- PUTNAM, R. **Bowling alone:** the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.
- PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996. 260 p.
- PUTNAM, R. **Making democracy work:** civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University, 1993.
- SANGALLI, A. R. et al. Agricultura familiar em Mato Grosso do Sul: participação das mulheres e contribuições para o desenvolvimento econômico. In: ENCONTRO PARANAENSE DE ECONOMIA, 8., 2010, Maringá. **Anais...** Maringá: IPEA/CAPES, 2010. p. 1-20.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** 1999. 72 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SIMAN, R. F. **Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul.** 2009. 192 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.
- VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: FIPE-IICA, 2001.
- VILPOUX, O.; OLIVEIRA, M. A. C. **Sustentabilidade e agricultura familiar.** Curitiba: CRV, 2011.
- WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.